



CORECON/BA
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 5ª REGIÃO/BA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

SALVADOR/BA

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 5ª REGIÃO/BA

Autarquia Federal de fiscalização profissional, criada pela Lei 1.411/51, subordinada ao Conselho Federal de Economia.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno, representado pelas Comissões de Tomada de Contas do Conselho Regional de Economia – 5ª Região/BA e do Conselho Federal de Economia e controle externo, representado pelo Tribunal de Contas da União, bem como à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e DN TCU nº 178/2019.

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	7
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	13
4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	17
5. RESULTADOS DA GESTÃO.....	20
6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	23
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	31
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	39
9. ANEXOS E APÊNDICES.....	40

RELAÇÃO DE SIGLAS

CORECON/BA – Conselho Regional de Economia 5ª – Região/BA
COFECON – Conselho Federal de Economia
CBE – Congresso Brasileiro de Economistas
BAHIAGÁS – Companhia de Gás da Bahia
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia
TCU – Tribunal de Contas da União
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNIFACS – Universidade Salvador
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UFGO – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
CNI – Confederação Nacional da Indústria
IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração
ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais
LAI – Lei de Acesso à Informação
CTC – Comissão de Tomada de Contas
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
DN – Decisão Normativa
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas

1.0 – MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2019, demos continuidade à valorização da profissão do Economista e no mesmo caminho dos anos anteriores, buscamos intensificar de forma constante a interação com a sociedade, difundindo cada vez mais a contribuição e relevância da atuação deste profissional. Quanto ao profissional economista, buscamos de forma ampla atendê-lo enquanto registrado e, conseqüentemente, sensibilizá-lo quanto às demandas e o papel da entidade.

Com estes propósitos, o Conselho Regional de Economia - 5ª Região/BA – Corecon/BA realizou ações voltadas à categoria, como a promoção e participação em palestras, debates e curso, manutenção e captação de convênios de interesse, além de participação ativa em eventos realizados por importantes instituições representativas do cenário econômico estadual.

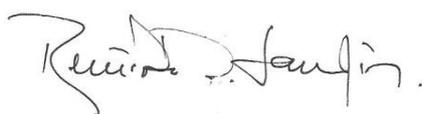
Dentre as ações que foram destaque em 2019, o Corecon/BA promoveu uma conferência ministrada pelos economistas especialistas Fábio Giambiaggi e Paulo Klias sobre a Reforma da Previdência, nas dependências da FIEB e contou com a participação de empresários, profissionais e estudantes de economia do Estado.

Ainda no campo da qualificação profissional e do fortalecimento tanto da profissão quanto do Conselho, o Corecon/BA criou o Núcleo de Perícia, entidade vinculada ao órgão, cujo maior objetivo é estimular e desenvolver em âmbito estadual as atividades do perito economista, bem como demonstrar e sensibilizar a sociedade e principalmente aos operadores do direito a importância fundamental deste profissional nos assuntos relacionados com as perícias econômicas judiciais e extra-judiciais. O mencionado Núcleo de Perícia promoveu o curso básico Curso Básico de Análise e Viabilidade Econômica e Financeira, tendo como instrutor o conselheiro Alex Gama Queiroz.

Na Semana do Economista, evento anual realizado em homenagens ao Dia do Economista, promoveu programação especial, tendo como destaque a palestra sobre Criptomoedas e Fintechs, sobre Perícia Econômico-Financeira e conferência magna ministrada por Paulo Nogueira Batista Jr, com o tema: Análise e Perspectivas da Economia Brasileira. A programação reuniu cerca de 500 pessoas em três dias de atividades, entre economistas, estudantes e sociedade em geral, com uma programação que contemplou ainda as premiações dos vencedores do Prêmio de Monografias

Economista Jairo Simões, da Gincana Baiana de Economia, além entrega da comenda Economista de Destaque.

A crise econômica pela qual passa país continuou trazendo reflexos também para esta Autarquia, que apesar de registrar uma pequena diminuição no índice de inadimplência, registra, porém, um aumento de pedidos de cancelamento e de suspensão de registros, muito provavelmente devido o aumento do desemprego dos profissionais. Diante deste cenário, o Conselho adotou medidas para otimização dos recursos financeiros, diminuindo gastos com insumos e folha de pagamento, redimensionando o modo de funcionamento da entidade como também buscando apoios institucionais para realização de eventos e patrocínio para algumas de suas atividades regulares. Estes continuarão sendo os principais desafios para as gestões futuras.



Reinaldo Dantas Sampaio
Presidente

Alguns números significativos

GASTOS	2018	2019	VARIAÇÃO %
Telefonia	10.315	7.192	-30,27
Correios	6.566	23.548	258,63
Diárias de Funcionários	4.500	5.200	15,55
Diárias de Conselheiros	6.000	5.800	-3,33
Diárias de Convidado Palestrante	0	0	-
Material de Expediente	3.060	2.073	-32,25
Serviços de Terceiros	428.606	403.513	-5,85
Passagens aéreas	15.427	27.578	78,76

INADIMPLÊNCIA	2018	2019	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	3430	3413	-0,49
Pessoa Juridica	170	167	-1,76

INADIMPLÊNCIA	2018	2019	VARIAÇÃO %
Total	3600	3.580	-0,55

CANCELAMENTOS DE REGISTRO	2018	2019	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	45	95	111,11
Pessoa Jurídica	1	4	300

PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE REGISTRO	2018	2019	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	8	20	150

MOVIMENTO DE NOVOS REGISTROS 2019			
	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	TOTAL
	29	0	29

2.0 – VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Identificação e Atributos da entidade

Conselho Regional de Economia – 5ª Região/BA

CNPJ: 42 186866/0001-89

Natureza Jurídica: Autarquia

Endereço: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, Sls. 505/510 – Caminho das Árvores

CEP: 40.820-774 Salvador/BA

Telefone: (71) 3341-2770

Site: www.corecon-ba.org.br / E-mail: corecon-ba@corecon-ba.org.br

Normatização: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52

Missão:

Registrar, regulamentar, fiscalizar, disciplinar e orientar o exercício profissional dos Economistas que atuam na Bahia, zelando pela ética e pelo cumprimento da legislação que se refere à regulamentação da profissão.

Visão:

Ser reconhecido entre os principais órgãos representativos da categoria na Bahia, contribuindo para o fortalecimento da profissão e do desenvolvimento econômico do Estado.

Estrutura organizacional

a) Plenário: Órgão superior de decisão colegiada

b) Comissões: Órgãos colegiados específicos

c) Presidência: Órgão principal de decisão singular, ao qual estão subordinados:

Superintendência: Órgão de execução de atividades meio e apoio às atividades fins.

Assessorias: Órgãos de assessoramento direto ao Presidente.

Setor de Administração – SEADM

Setor de Fiscalização – SEFIS

Núcleo de Aperfeiçoamento do Economista – NAE: Órgão de apoio às ações de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos Economistas.

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

Presidente:

Economista Reinaldo Dantas Sampaio

Vice-presidente:

Economista Carlos Rodolfo Lujan Franco

Conselheiros Efetivos: Economistas Reinaldo Dantas Sampaio, Carlos Rodolfo Lujan Franco, Marcus Emerson Verhine, Luiz Raimundo Barreiros Gavazza, Marcelo José dos Santos, Gustavo Casseb Pessoti, Luiz José Pimenta, Oswaldo Ferreira Guerra e Vitor César Ribeiro Lopes.

Conselheiros Suplentes: Economistas Maria Lucia Cunha de Carvalho, Jorge Antonio Santos Silva, Fernando Bapstítela Fernandes Ana Cristina Cerqueira, Lívio Andrade Wanderley, Douglas Queiroz Lessa e Alex Gama Queiroz dos Santos.

Servidores:

Bruno Pires Sacramento – Economista Superintendente

Rosana Lemos Luciano – Economista Fiscal

Lucimar da Silva Ayres de Almeida – Secretária

Selma de Almeida Carvalho – Setor de Registro

Tânia Mara Teixeira Rodrigues – Setor Financeiro

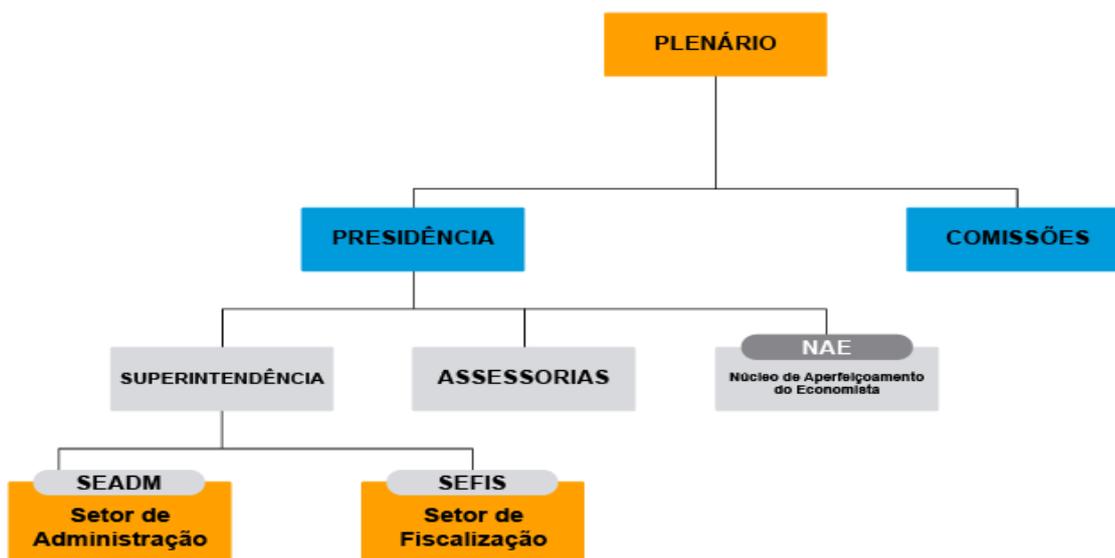
José Wilson Silva Santos – Mensageiro

Assessorias:

Assessor Contábil – Pedro Gomes da Silva

Assessora Jurídica – Sabrina Moreira Batista

Assessora de Comunicação – Lívia Santana



Reinaldo Dantas Sampaio
Presidente



Carlos Rodolfo Lujan Franco
Vice-presidente

Reinaldo Dantas Sampaio – graduado em Economia pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia em 1978, possui especialização em Economia Mineral pela UFMG/IBRAM.

Serviu à Organização Odebrecht de 1973 a 1988, ocupando à partir de 1980, o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro das empresas responsáveis pelos investimentos no segmento minero-industrial. Desde 1989, mantêm-se na condição de Sócio da Peval Investimentos S.A., controladora/investidora de empresas do setor minero-industrial.

É membro do Conselho de Representantes da FIEB; do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da CNI e do Fórum Nacional da Indústria da CNI.

Além de ocupar o cargo de Presidente do Corecon/BA, também preside a Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais – ABIROCHAS.

Carlos Rodolfo Lujan Franco – graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Desenvolvimento Urbano com titulação pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

O Presidente e o Vice-Presidente do Corecon/BA são eleitos dentre seus membros efetivos, através de maioria simples, em votação secreta, da qual participem pelo menos 2/3 (dois terços) dos Conselheiros em exercício.

São atribuições do Presidente: cumprir e fazer cumprir a Lei, os Regulamentos, o Regimento Interno, as Resoluções e Deliberações do Cofecon e do Corecon/BA; administrar e representar legalmente o Corecon/BA; dar posse aos delegados regionais e fiscais e, perante o Plenário, aos Conselheiros Efetivos e Suplentes; constituir comissões e grupos de trabalho "*ad referendum*" do Plenário; admitir, promover, licenciar, remover e demitir funcionários, bem como firmar contratos de trabalho, tudo segundo diretrizes contidas na legislação em vigor; encaminhar ao Cofecon, no prazo legal, prestação de contas, devidamente instruídas; autorizar o recebimento das importâncias a qualquer título destinadas ao Corecon, a movimentação de contas bancárias, assinar cheque e passar recibos juntamente com o Superintendente e/ou com o responsável pela Seção Financeira e autorizar o pagamento das despesas; submeter ao Plenário a proposta orçamentária, remetendo-a, após a aprovação, ao Conselho Federal de Economia para homologação; apresentar ao Plenário o relatório anual das atividades e a prestação de contas; dar ciência ao Plenário das instruções, resoluções e deliberações do Conselho Federal de Economia; presidir o Tribunal Regional de Ética previsto no Regimento Interno; elaborar relatório sucinto, na data do término do mandato, a ser entregue ao novo Presidente, no ato de posse efetiva e com cópia aos demais Conselheiros, informando, com base em documentação autenticada pelos servidores responsáveis pela Superintendência, pela Contabilidade e pela Seção Financeira, os seguintes pontos: 1 - posição dos saldos bancários em 31 de dezembro do ano anterior; 2 - relação de cheques emitidos e ainda não debitados pelo Banco; 3 - relação de débitos vencidos até 31 de dezembro do ano anterior e não pagos, incluindo, se for o caso, folhas de salários e encargos sociais; 4 - relação de compromissos assumidos junto a terceiros, inclusive por serviços e fornecimentos já feitos, ainda que não vencidos; 5 - relação de compromissos assumidos junto a terceiros, por serviços ou fornecimentos futuros, de caráter eventual.

Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente nos seus impedimentos, faltas ou vacância, sendo que no caso de vacância daquele, será realizada eleição para a escolha de novo Vice-Presidente.

Ambiente Externo

O cenário de crise econômica dos últimos anos trouxe reflexos no índice de inadimplência dos economistas registrados neste Conselho, bem como um incremento nos pedidos de cancelamento de registros, haja vista o aumento do desemprego. Em 2019, a diminuição da inadimplência foi 0,55% em relação ao ano anterior. Em números gerais, quanto ao número de pedidos de cancelamento houve um acréscimo de 111,11% e de pedidos de suspensão de registros houve um acréscimo de 150%. Para fazer frente a esta realidade, a otimização do uso dos recursos financeiros da entidade foi uma das prioridades que nortearam a gestão. Assim, algumas iniciativas foram adotadas e outras ampliadas, tais como: redução de gastos com serviços de telefonia, material de expediente, serviços de terceiros, diárias para Conselheiros e folha de pagamento; participação mínima em eventos com demanda de apoio financeiro e de representação e prospecção e otimização de parcerias para redução de custos nos eventos institucionais do Conselho, como cessão de espaço para eventos e apoios financeiros.

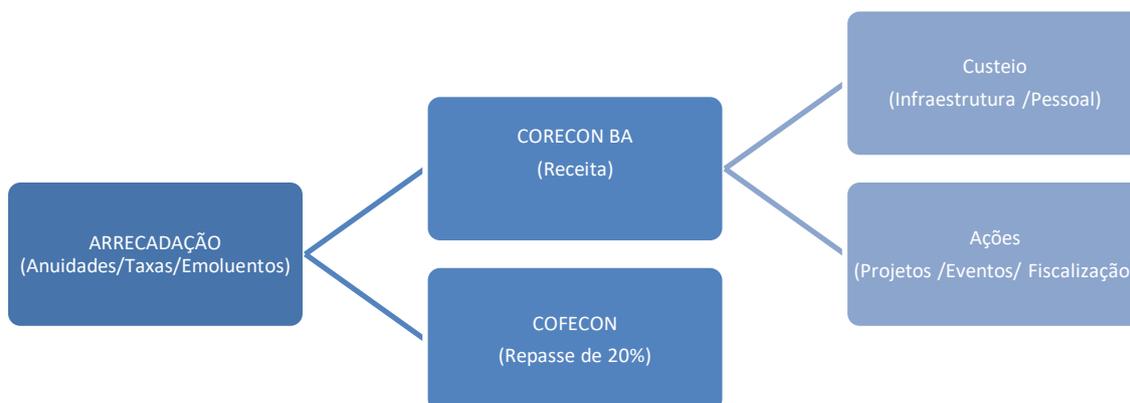
Modelo de Negócios

Por ser uma Autarquia de Fiscalização Profissional, considerada como uma *sui generis*, a entidade não recebe verbas ou subsídios governamentais de nenhuma natureza. Assim, tem seu modelo de negócios, se assim pode-se chamar, baseado unicamente no que arrecada com anuidades, taxas e emolumentos cobrados pela entrega de serviços.

Do total da sua arrecadação, 20% (vinte por cento) é repassado automaticamente ao Conselho Federal de Economia na forma de cota-parte e o restante é revertido para a manutenção da entidade, como também para a prestação de serviços, tanto para a categoria profissional dos Economistas e a classe estudantil, quanto para à sociedade através da fiscalização profissional, promoção de debates, comemorações, apoios e patrocínios institucionais, representação em eventos do Sistema e em outros relacionados à Economia em nível regional e nacional.

O modelo e as ações acima comumente são impactados por variáveis externas, como por exemplo o cenário econômico atual que causa desocupação na categoria dos contribuintes, acarretando, por consequência, em uma menor arrecadação mesmo com a utilização intensiva das ferramentas de cobrança. Tais impactos, podem limitar ou até inviabilizar a execução e ampliação de ações que tragam benefícios aos agentes envolvidos.

Não se aplicam à entidade composição acionária de capital social, nem participação em outras sociedades.



3.0 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1 – Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

Objetivo

Valorizar a profissão do Economista – estreitar as relações entre a instituição, o economista e a sociedade, buscando uma constante interação com o profissional no sentido de melhor atendê-lo enquanto profissional registrado e conseqüentemente sensibilizá-lo quanto às demandas da entidade, através principalmente, da comunicação institucional.

3.2 – Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos:

Plano de Ação

Parcerias Institucionais – ampliar e manter o número de parceiros institucionais, tais como Companhia de Gás da Bahia – BAHIAGÁS, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBAHIA, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Salvador – UNIFACS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, e

operadores de planos de saúde como UNIMED e QUALICORP, com a finalidade de buscar atender as participações em eventos planejados para o exercício.

Interiorização

- Participação em eventos de Economia promovidos por iniciativa das Faculdades de Economia como nas Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), localizadas em regiões estratégicas do interior baiano, de amplo interesse para o Corecon.

Divulgação das Ações do Corecon

- Otimizar sempre o *site* do Corecon, inserindo maior número de informações e ferramentas possíveis, visando expandir o acesso e estreitar a relação entre o Conselho, os economistas baianos e a sociedade;
- Ampliação, sempre que for oportuno, a possibilidade de inserção na mídia local;
- Ampliação do uso das redes sociais;
- Manutenção e aprimoramento do Boletim Informativo.

Seminários/cursos/palestras

- Promover entre a categoria dos economistas, estudantes e sociedade em geral, seminários, cursos e eventos voltados para a discussão de temas inerentes à economia, regional e nacional; bem como com o Plenário da entidade e convidados.

Acompanhamento da agenda estadual e nacional de eventos

- Acompanhar a agenda do Conselho Federal de Economia e de outros órgãos parceiros ou não, bem como das entidades baianas relacionadas à economia e das Faculdades de Economia do Estado da Bahia.
- Acompanhamento da agenda de eventos em nível nacional, enviando economistas representantes da entidade, na medida do seu interesse e da disponibilidade de recursos financeiros.

3.3 – Descrição das estruturas de governança

Haja vista a Governança no setor público compreender principalmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar a atuação da gestão, o Corecon/BA faz uso de reuniões que possibilitam discutir, direcionar e monitorar a atuação da gestão, na busca do melhor funcionamento e atendimento na prestação de

serviços de interesse da categoria profissional que representa e, conseqüentemente para a sociedade, na medida dos recursos disponíveis.

Sessões Plenárias Ordinárias com periodicidade mensal e eventuais reuniões extraordinárias, atreladas a outras reuniões na medida da necessidade, servem como base de avaliação da gestão, indicando mudanças e redirecionamento quando necessários.

Plenário	Instância superior de decisão colegiada
CTC – Comissão de Tomada de Contas	Responsável pela apreciação e deliberação sobre as contas da entidade
CPL – Comissão Permanente de Licitações	Responsável por analisar as melhores propostas para contratações e aquisições da entidade
Presidência	Órgão principal de decisão singular
Superintendência	Órgão de execução de atividades meio e de apoio às atividades fins
Assessoria Jurídica	Responsável pelas demandas jurídicas da entidade
Assessoria Contábil	Responsável pela parte escrituração contábil e elaboração das prestações de contas da entidade
Assessoria de Comunicação	Responsável pelo relacionamento da entidade com o público alvo e divulgação das ações
Setor de Fiscalização	Responsável pela fiscalização do exercício profissão
Setor de Registro	Responsável pelos processos de registros de profissionais da entidade
Setor Financeiro	Responsável pelos processos de pagamento da entidade

A gestão e controle são avaliadas e monitoradas através de reuniões sistemáticas, onde são discutidos sobre os feitos e o que está em curso, bem como as ações futuras, sujeitas ou não a modificações.

Os retornos encaminhados pelo público alvo são utilizados internamente para avaliar a gestão e o realinhamento de ações, especialmente no tocante aos serviços prestados à categoria dos economistas e à sociedade.

Os serviços prestados pela entidade são específicos por natureza. Diante disso, não alcançam a todos, porém, com a efetiva fiscalização do exercício profissional, o Conselho amplia os resultados dos seus serviços, levando benefícios para a sociedade, garantindo que os profissionais sejam registrados e aptos ao exercício profissional.

Tendo em vista a especificidade mencionada, os serviços prestados ao público alvo são facilmente acessíveis, haja vista a solicitação de informações via telefone, serviços pela internet, bem como presencial. O acesso às instalações da entidade também são facilitadas, pois a mesma está localizada em área de fácil acesso, com estacionamento público regulamentado e em um edifício comercial bem estruturado.

3.4 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Quanto aos canais de comunicação para com seu público alvo e demais partes interessadas, a entidade disponibiliza diversas ferramentas como site, e-mail institucional, redes sociais, boletim informativo e prestações de contas das ações da gestão através de relatórios de gestão. Ainda não foi instituído o canal de ouvidoria, porém, as demandas que chegam à entidade são tratadas adequadamente, de forma a dar as respostas necessárias e com a agilidade possível às partes demandantes.

No seu boletim informativo, a entidade apresenta as ações, eventos, notas sobre economia, além de chamar os profissionais registrados a atualizarem seus cadastros e a se regularizarem perante a entidade. Temporariamente, cartas também são encaminhadas aos profissionais, com o mesmo intuito de atualização cadastral e regularização financeira.

- Elaboração de Plano de Comunicação, com sugestões de ferramentas para otimizar a comunicação do Conselho.
- Disponibilização, por meio do site e e-mail, de canal para denúncia, solicitações e/ou reclamações.
- Manutenção do serviço de disparador de e-mail-marketing (boletins, cartões e comunicados diversos) a fim de tornar mais eficaz e produtiva a comunicação direta, por e-mail, com os profissionais registrados e sociedade.
- Elaboração e envio de boletins e informes online, com notícias institucionais e/ou de interesse da categoria.
- Gerenciamento do conteúdo da página no Facebook, Youtube e Instagram com notícias e informações de interesse da categoria.
- Viabilização de entrevistas de Economistas para a imprensa local (jornais, rádios, TVs, etc), ampliando a participação de profissionais economistas em pautas espontâneas na mídia, de interesse da categoria e sociedade.
- Elaboração de peças de comunicação (*design* gráfico) para divulgação de eventos realizados pelo Corecon e organização e coordenação de eventos institucionais do Conselho.

Ainda no sentido de atender a outras exigências legais, especificamente no tocante à LAI, a entidade está se adequando a esta obrigatoriedade. Construiu um novo site com a inclusão de campo específico para essa finalidade, onde muitas informações já estão disponíveis e outras ainda a disponibilizar.

Demonstração e contextualização dos Resultados

- a) Ao final do exercício, o encaminhamento ao Conselho Federal de Economia de relatório de gestão, acompanhado pela prestação de contas anual e plano de ação para o próximo exercício com sua respectiva aprovação.
- b) A representatividade dos resultados alcançados condiz com as demandas e com o potencial da entidade.
- c) As ações propostas foram tempestivas e de acordo com o atual momento da entidade.
- d) Não houve nenhuma disfunção estrutural ou situacional que inviabilizasse as ações propostas.
- e) O empenho e dedicação dos gestores, atrelados ao comprometimento dos servidores da instituição foram fatores imprescindíveis para a execução das atividades.

Alguns resultados alcançados

AÇÃO	TIPO DE MENSURAÇÃO	RESULTADO
Relacionamento com a mídia	Número de entrevistas viabilizadas (diretas/indiretas)	40
Dia do Economista	Número de participantes	500
Curso de Perícias	Número de participantes	10
Gincana de Economia	Número de participantes	14
Prêmio de Monografias	Número de trabalhos enviados	11
Facebook	Número de seguidores	1.181
Mala Direta Online	Número de inscritos	2.209

4.0 – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A crise que assola o país e o momento de incertezas do cenário econômico atual, trouxe, principalmente nos últimos quatro anos, relativas dificuldades aos Conselhos de Fiscalização Profissional, haja vista que suas atividades dependem de recursos oriundos de uma específica categoria profissional que, por sua vez, também é fortemente impactada pelos reflexos da crise. Evidentemente que este não é o único fator, porém, é certamente o mais grave deles.

Como dito, observamos principalmente nos últimos quatro anos uma diminuição na base de contribuintes dentro de todo o sistema, com causas que variam desde aposentadorias, não exercício da profissão e desemprego.

Inicialmente, essa dificuldade se apresenta através do não pagamento das contribuições e posteriormente, quando são chamados pela entidade a se regularizarem, a situação se intensifica, através de pedidos de cancelamentos e/ou de pedidos de suspensão de registros.

Os movimentos mencionados acima trazem por consequência uma diminuição na arrecadação da entidade ou uma estagnação em sua receita, já que alguns deixam de contribuir com o pagamento de anuidades por impossibilidade e outros por força de Lei e, como mencionado, as anuidades são a única fonte de arrecadação dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Apesar de serem Autarquias, de estarem subordinados às Leis que regem a Administração Pública e ainda de não receberem subsídios e/ou transferências governamentais, estes órgãos precisam executar um plano de ação para fazer frente às demandas dos seus principais públicos, quais sejam: os profissionais registrados, a classe estudantil e a sociedade. Tal demanda, tem se mostrado mais difícil de atender, em função da diminuição de suas receitas e a crescente busca de serviços.

Prejudicados pelos impactos negativos expostos acima e diante da necessidade de fazer frente a todas as demandas impostas pelos agentes que se relacionam com a entidade, alguns Conselhos de Fiscalização Profissional ainda lidam com outros problemas estruturais e outros relacionados às Legislações que regem as Profissões Regulamentadas e, neste contexto, os Conselhos de Economia são bastante afetados.

A Lei 1.411/51, que regulamenta a profissão do Economista e o Decreto 31.794/52 que regulamenta o exercício da profissão do Economista demonstram-se insuficientes tanto para garantir a atuação profissional como o campo de trabalho para o profissional Economista. Apresentam-se frágeis e obsoletos a ponto de alguns campos de atuação profissional do economista serem constantemente invadidos por outras profissões de outras categorias, sem que muito pudesse ser feito ao longo dos anos, tendo em vista a mencionada fragilidade legal.

Com o passar dos tempos, novas profissões foram regulamentadas e outras perceberem a necessidade de adequações das suas Legislações. Neste aspecto muitas profissões avançaram, porém a Legislação que rege os assuntos relacionados à profissão do Economista, incluindo o seu campo de atuação pouco avançou ou não evoluiu nas mesmas proporções.

E neste contexto, o Corecon/BA está inserido e lida com as dificuldades, às vezes em menor ou em maior grau em relação a outros Conselhos de Economia e de outras profissões. Saliente-se que mesmo com os reajustes estabelecidos anualmente nos

valores de suas anuidades, baseados no INPC, muito baixos nos últimos anos, o Conselho ainda precisa manter suas despesas de custeio.

Apesar de ter sido afetado, o Corecon/BA tem tomado medidas de controle ainda mais eficazes, no sentido de não prejudicar a execução do plano de ação, impactando da menor forma possível o retorno para os agentes envolvidos.

Como forma de causar menos impacto aos demandantes que se relacionam com a entidade, o Corecon/BA continua apoiando e participando, porém de forma menos robusta, principalmente de eventos que demandem patrocínios, diminuído também gastos com passagens e diárias de viagens, além de melhor aproveitamento de parcerias institucionais com a utilização de cessão de espaços para execução de palestras de temas relevantes, tanto da economia regional e nacional, como para cursos voltados à categoria profissional dos economistas.

A entidade também tem buscado patrocínios para algumas das suas ações e as contas da entidade têm sido monitoradas com intervalos menores, mensalmente, pelo Plenário da casa, além das costumeiras prestações de contas trimestrais pelas quais passa a entidade internamente através da sua CTC e externamente pela CTC do Cofecon.

Saliente-se que apesar das dificuldades enfrentadas devido ao cenário de crise dos últimos anos, o Corecon/BA não se desincumbiu de promover debates de excelência sobre temas relevantes, bem como da promoção de cursos e do cumprimento do seu papel institucional e plano de ação.

Diante das dificuldades mencionadas, importante dizer que as despesas da entidade se mantiveram com acréscimo inexpressível no percentual de 2,57% em relação ao exercício de 2018. Frise-se aqui o quadro funcional enxuto. Tais cuidados tem permitido ao Conselho cumprir com todas as suas obrigações, se mantendo com excelente índice de liquidez e solvência, demonstrando comprometimento das gestões para com a entidade.

Como uma das medidas para redução da inadimplência, é importante mencionar que foram encaminhadas 2.525 (duas mil, quinhentas e vinte e cinco) notificações de cobranças, sendo 2.358 (duas mil, trezentos e cinquenta e oito) para pessoas físicas e 167 (cento e sessenta e sete) para pessoas jurídicas, levadas a protesto cartorário 628 (seiscentos e vinte oito) certidões de dívida ativa. Encaminhou 74 (setenta e quatro) ofícios de fiscalização com base na RAIZ, para órgãos públicos e empresas solicitando o Plano de Cargos e Salários, juntamente com a relação dos nomes de todos os economistas que integram o quadro de pessoal. Ainda notificou 24 (vinte e quatro) órgãos públicos e empresas.

Saliente-se que o Corecon/BA promove sistematicamente ações de cobrança, com pelo menos duas recobranças anuais e após frustradas todas as possibilidades de regularização por via administrativa, os débitos são lançados em dívida ativa e oportunamente cobrados via execução fiscal ou protesto cartorário, conforme amparo legal.

5.0 – RESULTADOS DA GESTÃO

Diante do grande objetivo estratégico da entidade, o de valorizar a profissão do economista, mesmo frente às limitações de recursos e demais dificuldades enfrentadas ao longo do exercício, o Corecon/BA obteve bons resultados, pois conseguiu manter ações já consolidadas, como forma de prestação de serviços ao profissional economista, estudantes e demais públicos.

A gestão priorizou fortalecer a relação com a categoria profissional promovendo e apoiando eventos voltados para a discussão de temas relevantes do cenário econômico regional e nacional, como também estreitar ainda mais as relações com os cursos de Economia espalhados pelo Estado. Neste sentido, além da promoção do Corecon Debate, do curso básico de Análise e Viabilidade Econômica e Financeira e da programação da Semana do Economista, manteve relações estratégicas com instituições parceiras, em importantes eventos de economia promovidos tanto em âmbito regional, como nacional.

Participou como co-realizador do XV Encontro de Economia Baiana, promovido pela SEI e Ufba, do XXIII Congresso Brasileiro de Economia, promovido pelo Cofecon, e do primeiro Fórum de Economia do Sudeste da Bahia, promovido em parceria com o Movimento Pro Conquista e lançou o livro “Reflexões de Economistas Baianos 2018”, edição especial organizada e produzida em parceria com o Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CCE-UESB), em comemoração aos 20 anos do curso de Economia da instituição.

Relativo aos indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos, os Conselhos Regionais de Economia não elaboram os seus orçamentos nos moldes do Orçamento – Programa, ou seja, não orçou recursos para execução de suas Funções, programas, subprogramas, atividades e projetos.

De acordo com o Plano de Trabalho elaborado para o exercício de 2019, no tocante ao seu cumprimento, pode-se concluir que houve êxito, muito embora, nem todas as ações tenham sido executadas.

Do Plano de Trabalho, foram executados satisfatoriamente os itens como Corecon Debate, iniciativa promovida pela entidade para debater temas relevantes de economia com profissionais de reconhecido respaldo; promoção da Semana do Economista, com vasta programação, incluindo as comemorações do Dia do Economista; estreitamento das relações institucionais com os cursos de Economia do Estado e outros parceiros; promoção de fiscalização do exercício profissional dentre outras atividades.

O empenho dos dirigentes juntamente com o apoio do Plenário da entidade, dos servidores e demais colaboradores, foram fatores preponderantes para o êxito das ações, demonstrando comprometimento de todos com o progresso do Corecon/BA.

Diante do cenário econômico turbulento, pelo qual passa o país, bem como de incertezas futuras, o grande desafio da entidade para as próximas gestões é se preparar ainda mais para os possíveis impactos decorrentes de tal cenário, além de outras adversidades que possam surgir, buscando meios cada vez mais mecanismos eficientes de enfrentamento caso a situação seja mantida a médio e longo prazo.

Quanto às perspectivas para os próximos exercícios, a entidade pretende manter e/ou ampliar os programas que já fazem parte das suas atividades permanentes, ampliando os canais de comunicação com seu público alvo, buscando novos parceiros institucionais que tragam benefícios para a entidade e para os profissionais registrados, provocando a sociedade com a discussão de temas relevantes da economia, ampliando sua fiscalização e investindo em novos e mais eficientes mecanismos que possibilitem o aumento da arrecadação.

O modelo de gestão de riscos, tendo em vista o tamanho da entidade, é constituído por reuniões plenárias ordinárias mensais, de reuniões extraordinárias quando a situação requer, além de reuniões informais onde deliberações são tomadas e ajustes são propostos na medida em que se identifica necessário.

Quanto às contas da entidade, como já mencionado, são monitoradas mensalmente através de apresentação de material elaborado pela assessoria contábil, apresentado ao Plenário da entidade, além da prestação de contas trimestral também apresentada ao Plenário do Conselho Regional e ao Plenário do Conselho Federal.

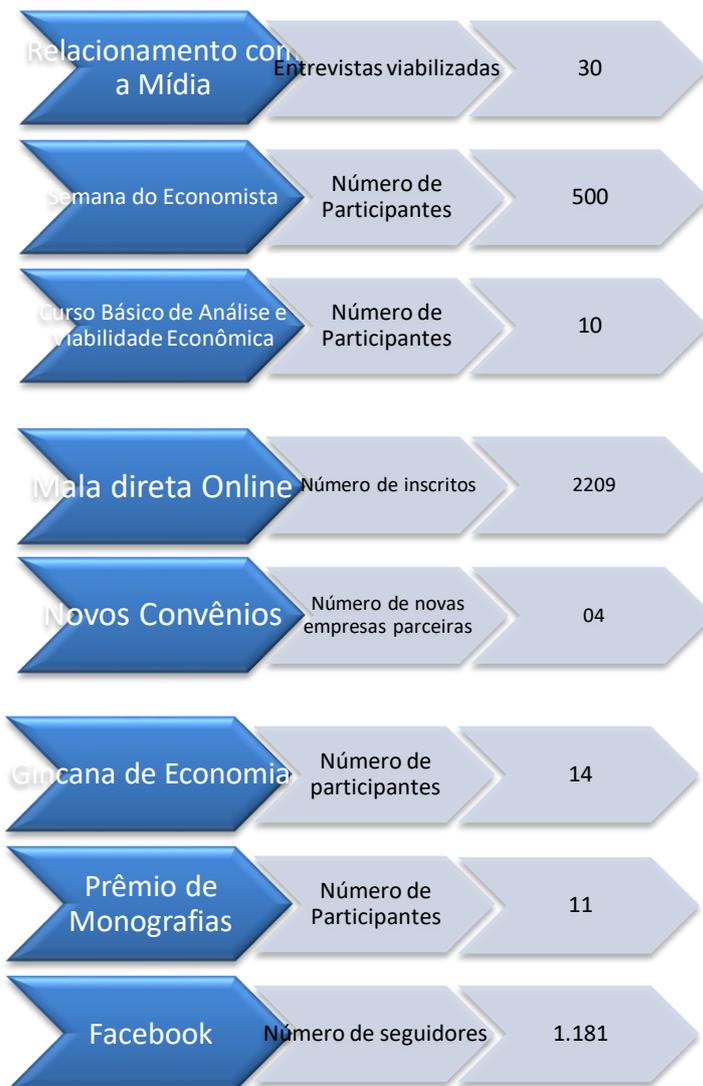
Eventos e ações institucionais

- Manteve relações com os cursos de graduação em Economia das universidades e faculdades públicas e privadas do Estado, através de visitas, apoios institucionais e também por meio de contatos com estudantes.
- Promoveu a VII Gincana Baiana de Economia, uma rica competição de conhecimentos.
- Promoveu o Prêmio de Monografia Economista Jairo Simões edição 2019, a fim de valorizar as melhores monografias de estudantes de Economia, selecionadas entre os trabalhos inscritos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado da Bahia.
- Participou como co-realizador do XV Encontro de Economia Baiana, promovido pela SEI e Ufba;
- Participação no primeiro Fórum de Economia do Sudeste da Bahia, promovido em parceria com o Movimento Pro Conquista;
- Apoio e participação do no XXIII Congresso Brasileiro de Economistas, promovido pelo Cofecon e Corecon/SC, na cidade de Florianópolis/SC;

- Apoio e participação no congresso da ANGE, na UFGO na cidade de Goiânia/GO;
- Promoveu a Semana do Economista, em agosto, com palestra sobre Criptomoedas, Fintechs, Perícia Econômico-Financeira e conferência magna ministrada por Paulo Nogueira Batista Jr, com o tema: *Análise e Perspectivas da Economia Brasileira*;
- Promoveu o curso básico Curso Básico de Análise e Viabilidade Econômica e Financeira, iniciativa do Núcleo de Perícia Econômico-Financeira da Bahia, tendo como instrutor o conselheiro Alex Gama;
- Concedeu homenagem aos economistas Paulo Dantas Gaudenzi (in memoriam), Rosembergue Valverde e Victor Gradin (in memoriam);
- Lançou o livro “Reflexões de Economistas Baianos”, edição especial organizada e produzida em parceria com o Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CCE-UESB), em comemoração aos 20 anos do curso de Economia da instituição;
- Promoveu o Corecon Debate com o tema “Reforma da Previdência”, com a participação dos economistas;
- Instituição Núcleo de Perícias da Bahia.

Benefícios diretos para o profissional

- Parcerias com a Qualicorp e CACSS para a oferta de planos de saúde com preços diferenciados aos economistas adimplentes e seus dependentes.
- Distribuiu e disponibilizou gratuitamente exemplares de publicações institucionais do Conselho e de organizações parceiras.
- Manteve convênios com escolas de primeiro e segundo graus e com cursos de pós-graduações com desconto para economistas e seus dependentes.
- Celebrou convênios com cursos de pós-graduação para economistas.
- Divulgou cursos de pós-graduação para economistas.



6.0– ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 – Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

Com o propósito de se tornar mais eficiente no atendimento do seu objeto e para fazer frente às demandas do seu público alvo e da sociedade enquanto entidade de Fiscalização Profissional, com um quadro funcional reduzido e conseqüentemente insuficiente para apresentar resultados por departamentos, uma vez que sua própria organização administrativa impossibilitar por não estar assim estabelecida, o Corecon/BA tem se esforçado na busca de melhorias em sua gestão.

No campo da fiscalização, por exemplo, o Corecon/BA encaminhou 167 (cento sessenta e sete) ofícios de fiscalização para pessoas jurídicas, solicitando a regularização de débitos de anuidades perante o Conselho; 74 ofícios a órgãos públicos e empresas e notificou 24 (vinte e quatro) órgãos públicos e empresas. Ainda acompanhou editais de concursos públicos.

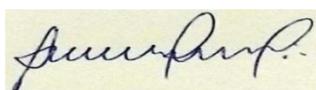
Encaminhou ofício de fiscalização para Órgãos Públicos e Empresas solicitando o Plano de Cargos e Salários e relação com o nome de todos os economistas que integram o seu quadro de pessoal.

Ainda apoiou outros setores do Corecon na atualização de endereços de pessoas físicas através do convênio mantido pelo Cofecon com a Receita Federal.

No campo da gestão orçamentária e financeira, utilizando-se do plano de ação e do orçamento anual aprovado, por categoria econômica e elemento de despesa, a execução orçamentária comportou-se dentro das suas estimativas e previsões. O orçamento da entidade ainda não segue os padrões do orçamento-programa, ou seja, não estabelece as funções, subfunções, programas, subprogramas, atividades e projetos.

O Conselho não pratica renúncia de receita, não possui fundos de programas, nem gestão de precatórios. Desembolsou R\$ 13.049,18 (treze mil, quarenta e nove reais e dezoito centavos) como pagamentos de indenizações no âmbito judicial e possui depósitos judiciais nos valores de R\$ 44.260,59 (quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e nove centavos).

Pretende-se futuramente continuar a implementação das ações de cobrança de anuidades em atraso, seja amigavelmente ou judicialmente conforme previsto em legislação.



Bruno Pires Sacramento
Superintendente

6.2 – Gestão Orçamentária e Financeira

6.2.1 – Aspectos Econômicos Gerais

A Receita Orçamentária arrecadada, conforme Balanço Orçamentário foi de R\$ 1.135.899 (hum milhão, cento e trinta e cinco mil e oitocentos e noventa e nove reais). A Despesa Orçamentária realizada foi de R\$ 1.281.191 (hum milhão, duzentos oitenta e um mil e cento e noventa e um reais), resultando em um déficit orçamentário de R\$ 145.292 (cento e quarenta e cinco mil e duzentos e noventa e dois reais), entretanto, o reflexo negativo da execução orçamentária, combinado com o resultado das variações ativas independentes da execução orçamentária, confrontando-as com as variações passivas

gerou um resultado econômico superavitário no exercício financeiro de R\$ 16.563 (dezesesseis mil e quinhentos e sessenta e três reais). A Execução Orçamentária possibilitou a realização do Programa de Trabalho elaborado para o exercício, através do qual o Regional honrou todos os seus compromissos financeiros e ainda evidenciou em 31 de dezembro um ativo financeiro de R\$ 854.464 (oitocentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais), o qual, confrontado com as exigibilidades do mesmo exercício de R\$ 33.392 (trinta e três mil e trezentos e noventa e dois reais), evidencia um superávit financeiro de R\$ 821.072 (oitocentos e vinte um mil e setenta e dois reais), comprovando excelentes índices de liquidez e solvência. Convém salientar que essa liquidez, suficiente para cobrir o passivo financeiro, atende com sobra às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. O comportamento da Receita e Despesa está evidenciado nos anexos e demais peças contábeis. O resultado econômico do exercício expresso na Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia um superávit de R\$ 16.563 (dezesesseis mil e quinhentos e sessenta e três reais) demonstrando uma gestão cuidadosa que implicou no incremento do patrimônio líquido deste Regional.

No tocante ao orçamento anual, obtivemos os seguintes resultados:

RECEITA ARRECADADA E DESPESAS REALIZADA EM 2019 E 2018				
RECEITA	2019	2019	2018	2018
	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação
RECEITAS CORRENTES	1.695.000	1.135.899	1.695.000	1.150.255
Contribuições Sociais	750.000	650.512	750.000	642.036
Receita Patrimonial	200.000	82.119	200.000	104.936
Receitas de Serviços	25.000	16.755	25.000	23.043
Transferências Correntes	60.000	14.000	60.000	20.000
Outras Rec. Correntes	660.000	372.513.	660.000.	360.241
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens Móveis	5.000	0,00	5.000	0,00
TOTAL	1.700.000	1.135.899	1.700.000	1.150.255
DESPESA	2019	2019	2018	2018
	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado
DESPESAS CORRENTES	1.665.000	1.281.191	1.650.000	1.259.047
Despesas de Custeio	1.405.000	1.080.110	1.350.000	1.046.978
Pessoal	723.000	596.948	620.000	617.030

Material de Consumo	25.000	8.282	25.000	3.571
Serviços de Terceiros e Encargos	622.000	461.831	700.000	422.762
Diversas Despesas de Custeio	35.000	13.049	5.000	3.615
Transferências Correntes.	260.000	201.081	300.000	202.118
DESPESAS DE CAPITAL	35.000	0.	50.000	0
Investimentos	35.000	0.	45.000	0.
Inversões Financeiras	0	0.	5.000	0.
TOTAL	1.700.000	1.281.191	1.700.000	1.249.096

Em relação à Receita, a arrecadação não atingiu a previsão esperada para os dois anos em análise, em decorrência da frustração das principais fontes de receita. Este comportamento fugiu do domínio da entidade, tendo em vista fatores externos e adversos relativos à conjuntura econômica desfavorável do período.

Quanto à Despesa, constata-se que a evolução em relação ao exercício anterior foi mínima, graças à contenção das mesmas. Ainda assim, sofreram influências pelos acréscimos nos preços públicos e insumos.

Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa.

DESPESA REALIZADA

DESPESAS CORRENTES

2019

2018

R\$ 1,00

R\$ 1,00

Pessoal

596.948	609.116
---------	---------

Ingresso de servidores mediante concurso público, sendo o último em 2009; ou contratação direta, esta última para admissão em cargo de livre nomeação e exoneração- cargo de confiança, nos termos das Resoluções que disciplinam o sistema.

Material de Consumo

8.282	5.820
-------	-------

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

Serviço de Terceiros e Encargos

461.831	428.606
---------	---------

Contratação de terceiros mediante procedimento licitatório modalidade carta-convite, em cumprimento ao que determina a Lei no. 8666/93, ou nos termos do artigo 25, II da Lei no. 8666/93.

Diversas Despesas de Custeio

13.049	3.615
--------	-------

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

Transferências Intragovernamentais

197.178	198.899
---------	---------

Pagamento da cota-parte ao Conselho Federal de Economia

Contribuição ao PASEP

3.902	3.530
-------	-------

DESPESAS DE CAPITAL

Equipamentos e Materiais Permanentes

0	0
---	---

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

TOTAL

1.281.191	1.249.586
-----------	-----------

6.3 – Gestão de Pessoas

No tocante à gestão de pessoas, o quadro de servidores da Autarquia foi preenchido mediante concurso público, excetuando os cargos de livre provimento e exoneração e 4 (quatro) servidores que ingressaram entre as décadas de 80 e 90, sem a convocação mediante concurso público. A entidade também se utiliza da força de trabalho de estagiários. O quadro funcional é assim composto:

ÁREA DE TRABALHO					
FINANCEIRO	FISCALIZAÇÃO	MENSAGEIRO	REGISTRO	SECRETÁRIA	SUPERINTENDÊNCIA
1	1	1	1	1	1
ETNIA					UNIDADE DE EXERCÍCIO
AMARELO	BRANCO	INDÍGENA	PARDO	PRETO	TOTAL DE SERVIDORES
0	1	0	3	2	6
FAIXA ETÁRIA				GÊNERO	
40 ANOS A 50 ANOS	50 ANOS A 60 ANOS	60 ANOS A 70 ANOS	70 ANOS A 80 ANOS	FEMININO	MASCULINO
4	1	0	1	4	2
FAIXA SALARIAL EM R\$				SITUAÇÃO FUNCIONAL	DEFICIÊNCIA/ CARREIRA
1.000,00 A 2.500,00	2.500,00 A 4.000,00	4.000,00 A 6.500,00	4.500,00 A 10.000,00	ATIVA	NÃO SE APLICA
1	3	1	1	6	0

As despesas com pessoal nos últimos anos, evoluiu da seguinte forma:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL	2019	2018	VARIÇÃO %
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	
	596.948	617.030	-2,00

Observa-se uma redução nos gastos com pessoal do exercício de 2019 em relação ao exercício de 2018, no percentual de 3,33%. Tal redução se deu pela adoção da jornada de trabalho em turnão e a não aplicação de reajustes salariais no período.

Quanto à avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia dos servidores, a entidade ainda não está estruturada a ponto de possuir mecanismos que lhe permita proceder a tal avaliação.

Também não se aplica à entidade, a possibilidade de participação dos dirigentes e servidores nos resultados, bem como, uma política de remuneração aos dirigentes e colegiado.

6.4. Gestão de Licitações e Contratos

No tocante às licitações e contratos, estão amparados pela Lei 8.666/93. Relativo à desoneração da folha de pagamentos, conforme disposto no Acórdão TCU 2.859/2013, nos seus itens 9.2 e 9.3 e item 9.3 do Acórdão 671/2018 a entidade não foi impactada, visto que não há contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos, pois, os únicos contratos com terceirização de serviços referem-se à contratação de serviços referentes à Assessorias Jurídica, Contábil e de Comunicação e de aluguel de computadores conforme quadro abaixo:

SERVIÇOS DE TERCEIROS	2018	2019	VARIÇÃO %

Assessoria Jurídica	107.200	122.353	14,14
Assessoria Contábil	30.551	31.335	2,57
Assessoria de Comunicação	30.551	31.335	2,57
Programa de Apontamento de Título para Protestos	6.300	0	
Serviço de Disparador de E-mail	1.870	2.040	9,09
Serviço de Limpeza	3.930	4.394	11,81

Ainda relativo aos prestadores de serviços encontram-se conforme regulamentação da Lei Federal 8.666/93, possuindo contratos regulares, que compõem o relatório de prestação de contas ao Conselho Federal, todos regularmente aprovados sem ressalvas.

No exercício de 2019, não houve contratações relevantes que possam ser associadas aos objetivos estratégicos da entidade.

As contratações realizadas no ano calendário de 2019, foram exclusivamente na modalidade de inexigibilidade e dispensa de licitação, tendo em vista seu caráter eventual e respeitando o que preceitua a Lei 8.666/93.

6.5 – Gestão Patrimonial

Não houve investimentos de capital em infraestrutura, nem em equipamentos.

6.5.1. Desfazimento de ativos

Não houve desfazimento de ativos, no exercício de 2019.

6.5.2. Locação de imóveis e equipamentos

No exercício de 2019, a entidade manteve apenas a locação de 7 computadores. Não houve locação de imóveis no período.

6.5.3. Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve para o exercício de 2019.

6.6 – Gestão da Tecnologia da Informação

Haja vista a Governança no setor público compreender principalmente os mecanismos de liderança, estratégia e controles postos em prática para avaliar a atuação da gestão, no tocante à gestão da tecnologia da informação, a entidade não possui um modelo de governança estabelecido.

A gestão das informações administrativas, financeiras e contábeis é feita por meio de plataforma contratada e fornecida para todo o sistema Cofecon/Corecon's, através do Conselho Federal de Economia, cabendo à empresa desenvolvedora do *software* o completo suporte, bem como as adequações, correções e atualizações na medida em que se apresentem como necessárias.

Quanto ao campo de segurança da informação, o *software* utilizado possui mecanismos e segurança e proteção de dados, além dos equipamentos utilizados no Conselho Regional de Economia (servidor, computadores e impressoras) possuírem antivírus, a fim de minimizar os impactos causados por possíveis tentativas de invasão.

Como principais desafios e ações futuras, a entidade deverá ampliar a sua segurança no campo das informações e substituir os equipamentos atualmente utilizados por outros mais modernos, visando a melhoria do funcionamento e prestação de serviços ao público alvo.

6.7 – Gestão de Custos

6.7.1. Por falta de previsão legal, o Corecon/BA não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

6.8 – Sustentabilidade ambiental

Tendo em vista o porte da entidade e o pouco impacto que causa ao meio ambiente, não há critérios de sustentabilidade estabelecidos nas contratações e aquisições.

Mesmo assim, nas suas atividades administrativas internas, quando é possível, o Conselho reutiliza papel, recicla exaustivamente cartuchos e toner's, bem como solicita ao prestador de serviços de limpeza que utilize o mínimo possível de produtos químicos na limpeza da entidade.

Utiliza o essencial em sacos plásticos, funcionamento de aparelhos de ar-condicionado e luz natural em grande parte dos ambientes da entidade. Substituiu as lâmpadas comuns por lâmpadas de led e temporariamente faz manutenção preventiva em instalações elétricas e hidráulicas.

7.0- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - BA - CORECON/BA

CNPJ: 42.186.866/0001-89 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página: 1

Período: Janeiro / 2019 a Dezembro / 2019

Balço Orçamentário

Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES	1.695.000,00	1.135.898,51	(559.101,49)	DESPESAS CORRENTES	1.665.000,00	1.281.191,27	(383.808,73)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	750.000,00	650.512,33	(99.487,67)	DESPESAS DE CUSTEIO	1.405.000,00	1.080.110,49	(324.889,51)
RECEITA PATRIMONIAL	200.000,00	82.118,55	(117.881,45)	TRANSFERENCIAS CORRENTES	260.000,00	201.080,78	(58.919,22)
RECEITAS DE SERVIÇOS	25.000,00	16.754,57	(8.245,43)				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	60.000,00	14.000,00	(46.000,00)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	660.000,00	372.513,06	(287.486,94)				
RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	(5.000,00)	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	(35.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	(30.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	0,00	(5.000,00)	INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	(5.000,00)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTALS	1.700.000,00	1.135.898,51	(564.101,49)	SUBTOTALS	1.700.000,00	1.281.191,27	(418.808,73)
DÉFICIT	0,00	145.292,76	145.292,76	SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00
TOTALS	1.700.000,00	1.281.191,27	(418.808,73)	TOTALS	1.700.000,00	1.281.191,27	(418.808,73)

SALVADOR, 31 de dezembro de 2019

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - BA - CORECON/BA

Página : 1

CNPJ: 42.186.866/0001-89 - Siscontw - v. 2.0.56.00 Período: Janeiro / 2019 a Dezembro / 2019**Balanco Financeiro**

Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.135.898,51	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.281.191,27
RECEITAS CORRENTES	1.135.898,51	DESPESAS CORRENTES	1.281.191,27
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	650.512,33	DESPESAS DE CUSTEIO	1.080.110,49
RECEITA PATRIMONIAL	82.118,55	TRANSFERENCIAS CORRENTES	201.080,78
RECEITAS DE SERVIÇOS	16.754,57	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.000,00	INVESTIMENTOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	372.513,06	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	253.583,59	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	284.386,13
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	32.760,36	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	32.760,36
Adiantamento Concedido	122.988,12	Adiantamento Concedido	133.504,17
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	DESPESAS A REGULARIZAR	0,00
DESPESAS JUDICIAIS	0,00	DESPESAS JUDICIAIS	19.711,18
RESTOS A PAGAR	5.381,75	RESTOS A PAGAR	7.204,87
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
CONSIGNAÇÕES	83.031,45	CONSIGNAÇÕES	81.996,87
CREDORES DA ENTIDADE	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	9.421,91	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	9.208,68
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00
DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
Despesas Irregulares	0,00	Despesas Irregulares	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00	RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00
PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00	PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	970.950,12	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	794.854,82
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	5.351,48	BANCOS-C/MOVIMENTO	16.527,16
BANCOS-C/ARRECADAÇÃO	0,00	BANCOS-C/ARRECADAÇÃO	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	2.000,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	2.000,00
BANCOS-C/VINCULADA	6,09	BANCOS-C/VINCULADA	0,02
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	963.592,55	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	776.327,64
Total:	2.360.432,22	Total:	2.360.432,22

SALVADOR, 31 de dezembro de 2019

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - BA - CORECON/BA**CNPJ: 42.186.866/0001-89 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 1

Período: Dezembro / 2019**Balanco Patrimonial**

Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	854.463,90	PASSIVO FINANCEIRO	33.392,26
DISPONÍVEL	18.527,16	DÍVIDA FLUTUANTE	33.392,26
CAIXA	0,00	RESTOS A PAGAR	5.381,75
BANCOS-C/MOVIMENTO	16.527,16	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
BANCOS-C/ARRECADANÇA	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	CONSIGNAÇÕES	18.588,60
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	2.000,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	776.327,66	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	9.421,91
BANCOS-C/VINCULADA	0,02	RESULTADO PENDENTE	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	776.327,64	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00
REALIZÁVEL	15.649,02	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	Despesas Irregulares	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	300,53		
Adiantamento Concedido	15.348,49		
RESULTADO PENDENTE	43.960,06		
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00		
DESPESAS JUDICIAIS	43.960,06		
ATIVO PERMANENTE	1.650.609,99	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	514.070,91	DÍVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	127.206,31		
BENS IMÓVEIS	386.864,60		
BENS INTANGÍVEIS	0,00		
CRÉDITOS	1.136.539,08		
Divida Ativa não tributária	1.136.539,08		
VALORES	0,00		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	0,00		
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00		
ALMOXARIFADOS	0,00		
OUTROS VALORES	0,00		
SOMA DO ATIVO REAL	2.505.073,89	SOMA DO PASSIVO REAL	33.392,26
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	2.471.681,63
Total:	2.505.073,89	Total:	2.505.073,89

SALVADOR, 31 de dezembro de 2019

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - BA - CORECON/BA

Página : 1

CNPJ: 42.186.866/0001-89 - Siscontw - v. 2.0.56.00 Período: Janeiro / 2019 a Dezembro / 2019**Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.135.898,51	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.479.335,74
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.135.898,51	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.281.191,27
RECEITAS CORRENTES	1.135.898,51	DESPESAS CORRENTES	1.281.191,27
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	650.512,33	DESPESAS DE CUSTEIO	1.080.110,49
RECEITA PATRIMONIAL	82.118,55	TRANSFERENCIAS CORRENTES	201.080,78
RECEITAS DE SERVIÇOS	16.754,57	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.000,00	INVESTIMENTOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	372.513,06	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	198.144,47
Aquisição de Bens Móveis	0,00	Cobrança da Dívida Ativa	198.144,47
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00	Alienação de Bens Móveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Bens Imóveis	0,00
Doação de Bens Móveis	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Diversos	0,00	Recebimento de Créditos	0,00
		Diversos	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	360.000,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Inscrição da Dívida Ativa	360.000,00	Cancelamento de Créditos	0,00
Inscrição de Outros Créditos	0,00	Diversos	0,00
Incorporação de Bens	0,00	Superviniências Diversas	0,00
De Restos a Pagar	0,00		
De Depósitos de Diversas Origens	0,00		
De Outras Dívidas Passivas	0,00		
Administração Indireta	0,00		
Total das Variações Ativas	1.495.898,51	Total das Variações Passivas	1.479.335,74
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício	-	- Superavit do Exercício	16.562,77
Total:	1.495.898,51	Total:	1.495.898,51

SALVADOR, 31 de dezembro de 2019

7.1. Em 2019, o sistema Cofecon/Corecon's ainda não seguia as normas preconizadas pelo Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e também o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, porém, para o exercício de 2020 as normas já serão aplicadas.

7.2. A entidade não possui passivos contingentes, compromissos contratuais não reconhecidos, divulgações não financeiras, bem como políticas de gestão de risco.

7.3. No tocante ao tratamento contábil do ativo imobilizado, o Corecon/BA utiliza as taxas de depreciação previstas na legislação contábil, através das informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade.

7.4. E entidade possui o registro contábil e acompanha os créditos a receber.

7.5. A entidade não possui *del-credere*.

7.6. A entidade também não possui provisionamento de valores a receber e a pagar.

7.7. Sobre operações de financiamentos, a entidade não possui.

7.8. A entidade não recebe nem concede subsídios operacionais.

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 5ª REGIÃO – CORECON/BA, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2020

Aos três dias do mês de março de 2020, às 12:30 horas, na sede do Conselho Regional de Economia da 5ª Região/BA, localizada na Rua Frederico Simões, 98, Edf. Advanced Trade Center, sala 505, nesta capital, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do CORECON/BA, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte Pauta: **I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR** – realizada no dia 05 de fevereiro de 2020. **II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** 2.1 – Of. COFECON 017/2020 – solicita apoio na construção de Banco de Professores que poderão ser consultados para na avaliação de trabalhos; 2.2 – Apresentação das ações da Comissão de Inovação Informática e Canais de Comunicação Audiovisual. **III – ORDEM DO DIA:** 3.1 – Aprovação da Prestação de Contas de 2019. 3.2 – O que ocorrer. Estavam presentes na Sessão Plenária os seguintes Conselheiros: Marcelo Santos – Presidente, Gustavo Pessoti – Vice-Presidente, Oswaldo Guerra, Fernando Fernandes, Carlos Rodolfo Lujan, Reinaldo Sampaio, Maria Lúcia Carvalho, Ana Cristina Cerqueira, Alex Gama e Fátima Ferreira. Presentes o Superintendente Bruno Pires Sacramento, o Contador Pedro Gomes da Silva e a Assessora de Comunicação Livia Santana. Justificaram suas ausências os Conselheiros Lívio Wanderley, Jorge Antonio, Luiz Gavazza e Luiz Pimenta. Em seguida foi iniciada a discussão da Pauta. **I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR** – realizada no dia 05 de fevereiro de 2020..... A referida Ata foi aprovada por todos os presentes. **II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** 2.1 – Of. COFECON 017/2020..... 2.2 – Apresentação das ações da Comissão de Inovação Informática e Canais de Comunicação Audiovisual..... **III – ORDEM DO DIA:** 3.1 – Aprovação da Prestação de Contas de 2019. O Presidente Marcelo Santos pediu ao Contador Pedro Gomes para prestar os devidos esclarecimentos e o Contador iniciou informando que a prestação de contas é uma exigência legal do Tribunal de Contas da União e do Cofecon. O contador informou que já havia encaminhado, com antecedência, aos conselheiros, as demonstrações contábeis que integram a referida prestação de contas. Tecendo explicações sobre cada demonstração, informou que, no Balanço Orçamentário, está evidenciado que a Receita orçamentária total arrecadada foi de R\$ 1.135.898,51 e a despesa orçamentária total realizada foi de R\$1.281.191,27, apurando-se um déficit de execução orçamentária de R\$ 145.292,76. No Balanço Financeiro, chamou atenção para o total das disponibilidades financeiras, que passarão para o exercício seguinte, no total de R\$ 794.854,82. No Balanço Patrimonial chamou atenção para o total do Ativo Financeiro (Ativo Circulante), no total de R\$ 854.463,90 e o total do Passivo Financeiro (Passivo Circulante) no total de R\$ 33.392,26, o que resulta em um excelente índice de liquidez. Convém salientar, também, o Patrimônio líquido, positivo, no total de R\$ 2.471.681,63. Na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, que sintetiza o resultado econômico obtido no exercício financeiro, está demonstrado o Superávit do Exercício de R\$ 16.562,77. Informou que, embora o resultado da execução orçamentária tenha sido deficitário, o resultado econômico foi superavitário em decorrência da inscrição, no Ativo, de créditos a receber de economistas inadimplentes. O contador ressaltou, ainda, que embora o exercício de 2019 tenha apurado uma execução orçamentária deficitária, acredita que o resultado



do exercício financeiro, do próximo ano, poderá ser superavitário em decorrência da implantação do turno único de expediente, a partir de 01 de outubro de 2019, implicando na redução de algumas despesas. O Conselheiro Oswaldo Guerra salientou que mesmo com todos os cortes feitos, o exercício fechou em déficit e o Conselheiro Gustavo Pessoti lembrou que na proposta elaborada por ele foram propostos outros cortes para tentar diminuir o déficit que se apresentava, pois no seu entendimento, qualquer economia feita seria satisfatória. O Presidente Marcelo Santos voltou a propor a busca de parceiros e o Conselheiro Gustavo Pessoti disse que os custos que cresceram, como por exemplo gasto com material de expediente não podem ser feitos através de parcerias. O Conselheiro Reinaldo Sampaio salientou que a questão não é cortar mais gastos, e sim, buscar alternativas para aumentar as receitas. A Conselheira Ana Cristina salientou que o resultado das contas também foi impactado pela falta do aluguel da sala do Ed. Ômega e do patrocínio da Bahiagás que veio quase pela metade. O Conselheiro Rodolfo Lujan salientou da necessidade urgente de uma política nacional por parte do Cofecon buscando entender a real situação dos Conselhos Regionais que atualmente passam por uma crise financeira, o que, se não foi feito, poderá acarretar no fechamento de alguns Conselhos em médio prazo. Continuou dizendo que não é possível que diante de momento tão difícil o Cofecon não repense sobre o percentual de repasse dos Regionais, adotando uma política compatível com a realidade financeira dos Corecon's, o que está aniquilando o Sistema. Concluiu dizendo que os déficits dos Regionais poderiam ser sanados se o percentual de repasse ao Cofecon fosse ajustado de acordo com a atual realidade dos Conselhos. A Conselheira Fátima Ferreira disse que é preciso ter cuidado com essa afirmativa, pois os repasses também vem diminuindo nos últimos anos e que é necessário que o Corecon busque estimular novos registros, pois os economistas sempre alegam que não sabem para que o Conselho existe. Concluiu parabenizando o Conselheiro Fernando Fernandes pelo trabalho de inovação tecnológica à frente da Comissão. O Vice-presidente Gustavo Pessoti disse que não compreende como existem pessoas que praticam atividades relacionadas ao economista mas que se escondem atrás da figura do "técnico de nível superior" criada pelo Estado, além de termos uma Lei frouxa que não nos auxilia. O Conselheiro Reinaldo Sampaio salientou que ainda referente ao novo projeto de lei que tramitou sem êxito no Congresso Nacional, esteve pessoalmente com o Senador Romero Jucá que garantiu aprovar o projeto na última sessão legislativa de 2018, mas não o fez, gerando uma expectativa frustrada em todos nós. O Presidente Marcelo Santos pediu ao Superintendente Bruno Pires que procedesse a leitura do Parecer da Comissão de Tomada de Contas – CTC, esclarecendo que a CTC já havia examinado, com antecedência, a documentação e peças contábeis que compõem a prestação de contas. O Superintendente Bruno Pires procedeu a leitura do parecer que apreciou e aprovou a Prestação de Contas, recomendando pela aprovação pelos membros do Plenário. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado por todos os presentes. 3.2 – O que ocorrer..... Nada mais havendo a tratar, o Presidente Marcelo José dos Santos encerrou os trabalhos da Sessão Plenária, e eu, Bruno Pires Sacramento lavrei o presente Extrato de Ata que segue assinado por mim. Salvador, 03 de março de 2020.





DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, de acordo com análise realizada nas demonstrações contábeis, relativas ao exercício de 2019, do Conselho Regional de Economia – 5ª Região/BA, apresentadas neste relatório, regidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Gomes da Silva', written over a horizontal line.

Pedro Gomes da Silva
Contador
CRC/BA 4.320

8.0 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1 – Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, do ano anterior. Ao final do exercício, este Corecon/BA elabora relatório de gestão unificado, que é parte integrante da prestação de contas anual encaminhada ao Cofecon.

8.2 – Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

Não há processo específico implementado pela entidade para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado, haja vista que o conteúdo que compõe o relatório unificado de gestão engloba todas as informações quantitativas e qualitativas do exercício.

8.3 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não existem determinações e recomendações do TCU para esta entidade.

9.0 – ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle que as informações contidas neste Relatório estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa TCU 170/2018 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório o mais conciso, claro e objetivo, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade, visando atender os princípios da publicidade e transparência.

Reconheço a minha responsabilidade pelas informações aqui prestadas e, saliente-se que apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa desta UPC, o relatório foi constituído de acordo a contemplar um pensamento coletivo, assegurando sua integridade e credibilidade



Reinaldo Dantas Sampaio
Presidente